

## Unidade de Minas reúne 60 deputados

Belo Horizonte — Sessenta deputados constituintes de todos os partidos políticos de todo o País, estarão hoje em Belo Horizonte a convite do Movimento Cívico pela Unidade de Minas Gerais, um conglomerado de entidades de classes empresariais de profissionais liberais, liderados pela Associação Comercial de Minas, e que tem como objetivo lutar contra o desmembramento do território mineiro, com a criação do Estado do Triângulo.

Os deputados serão recebidos por empresários e políticos que lhes explicarão as causas da necessidade de preservar a integridade territorial mineira e para convencê-los da inviabilidade da tese separatista que será votada em junho pela Assembleia Nacional Constituinte.

## Rádio convoca contra divisão

Belo Horizonte — As campanhas contra a emancipação do Triângulo vão esquentando em Minas na medida em que se aproxima a votação da emenda separatista. Depois do movimento dos políticos, empresários, advogados e estudantes, chegou a vez da imprensa. A Rádio Itatiaia, emissora de maior audiência na capital e que atinge todo o estado, lançou ontem uma campanha a favor da unidade do estado. Ao som de músicas tradicionais como o hino O, Minas Gerais e as serestas de Juscelino Kubitschek, para aguçar a mineiridade do ouvinte, estão sendo colocados no ar depoimentos de populares contra a separação.

Durante toda a semana a emissora veiculou reportagens jornalísticas sobre o tema para Minas Gerais. Ontem, se posicionando claramente contra a criação do estado do Triângulo, a Rádio Itatiaia deu início à sua própria campanha antiseparatista.

De acordo com Samuelito Mares, coordenador de jornalismo da rádio, a emissora pretende influenciar a opinião pública numa tentativa de pressionar os parlamentares mineiros a votarem contra a emenda.

O que queremos mostrar é que aproximadamente 90 por cento da população do estado está contra a emancipação do Triângulo — explicou Samuelito Mares.

## Fiuzza assegura que tabelamento cai no 2º turno

UMBERTO DE CAMPOS  
Da Editoria de Política

Conta-se que um grupo de empresários portugueses estava no Brasil, negociando com brasileiros. Durante o almoço, em São Paulo, à mesa fluíram as inevitáveis piadas de portugueses. Num dado momento, um dos empresários descobriu que o ambiente estava ficando pesado e que as piadas de portugueses estavam sendo provocadas por uma simples constatação: no Brasil os juros estavam sendo tabelados na nova Constituição.

E com esta história que o deputado Ricardo Fiuzza (PFL/PE) pretende converter grande parte dos constituintes que votaram favoráveis à emenda Fernando Gasparian (PMDB/SP), tabelando os juros anuais em 12% na nova Constituição. Com esta piada e, segundo ele, apostando na consciência dos parlamentares. "Eu creio que todos já se convenceram de que tabelar os juros foi uma bobagem inominável e que, se esse texto não for suprimido no segundo turno, estaremos nos consagrando internacionalmente como os reis do besteirol. Aliás já aprovamos muito besteiro, mas esse seria ridículo e inexplicável", garantiu ele.

Para o deputado pernambucano, a emenda Gasparian só foi aprovada no primeiro turno devido ao que ele taxou de "posturas farsaiscas" do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ). "Muitos votaram com raiva do deputado Ronaldo e agora teremos de trabalhar para desfazer esse equívoco. Outros pecaram por irresponsabilidade e por desaviso. Até por isso estou convencido de que vamos suprimir o texto, no segundo turno", pondera.

Pessoalmente, Ricardo Fiuzza afirma que o tabelamento de juros em 12 ou seja lá quanto por cento, é uma aberração, porque os juros são fixados pelo mercado. Ele prega, também, a doutrina de que a correção monetária deve ser transitória na legislação brasileira.

"Imaginemos que tenhamos uma inflação de 15% no ano e que o mercado financeiro não pudesse ser taxado acima de 12%. O juro acabaria sendo negativo. Mas, muito mais do que isso, falar em juro, tabelar na Constituição, significa

perpetuar a correção monetária, quando o que é preciso é torná-la transitória. Eu acho que nos próximos anos deveremos chegar a uma estabilidade financeira", afirma Fiuzza.

"A prioridade absoluta para mim e para todos os deputados, agora, é concluir a votação das Disposições Transitórias. Quando iniciar o segundo turno, o trabalho será barbaumentemente incrementado", garante Ricardo Fiuzza, que é um dos principais articuladores do Centrão. "Na hora em que estiver chegando à decisão, no segundo turno, vamos partir para todas as formas de luta, inclusive o corpo-a-corpo, para modificar a tendência, caso ele seja favorável à manutenção desse tabelamento", garante.

Mas a confiança de Ricardo Fiuzza é outra: "Eu acho que essa supressão não dará maior trabalho — ainda que não negue a necessidade de se trabalhar em cima — porque a grande maioria dos constituintes já se deu por conta da besteira que que fez e já aplacou a raiva que estava, do Ronaldo César Coelho. Assim, a supressão no segundo turno pode ser uma questão simples".

Ricardo Fiuzza não esconde a sua decepção com o deputado e banqueiro Ronaldo César Coelho. Mesmo afirmando que por atitudes farsaiscas, Ronaldo teve votos contrários, ao ser aprovada a emenda Gasparian; Fiuzza não acredita nessa mesma atitude dos constituintes, no segundo turno.

Para Fiuzza, "Ronaldo dificilmente conseguirá influir na votação em segundo turno, porque é um sujeito com forte instabilidade emocional e em cuja coragem física e não confio. E um sujeito fraco e carreirista, que não nota que a impopularidade de um gesto às vezes é necessária". E vai mais longe ao afirmar que, "mesmo discordando das posições tomadas pelo deputado Ronaldo Coelho, votei contra a emenda Gasparian, até porque jamais votaria em qualquer coisa por posições pessoais. Na Constituinte eu acho que não posso ter paixões, porque tenho que defender os interesses de uma carta que deve ser a lei mais durável deste País".

Ricardo Fiuzza acha que é o único que já está trabalhando para suprimir a emenda que tabelou os juros em 12%. Garante que só mais tarde o trabalho deve se tornar mais pesado, mas confia que a grande maioria dos parlamentares já se deu conta da necessidade de remover o texto no segundo turno.

EUGENIO NOVAES



O feriado esvaziou a Constituinte mas não contagiou os índios, que esperaram em vão por uma decisão ontem

## Amazonino pede ajuda e garante votos

O governador do Amazonas, Amazonino Mendes, foi ontem ao Palácio da Alvorada prometer ao presidente José Sarney apoio aos cinco anos de mandato, em troca da ajuda do Governo para manter a Zona Franca de Manaus. Ele disse que não quer perpetuar a Sufama, mas a considerava de fundamental importância para o desenvolvimento da região Norte. Amazonino garantiu nove votos dos 11 da bancada federal do Estado na Assembleia Nacional Constituinte.

O governador, que trocou recentemente o PMDB pelo PDC, vai permanecer em Brasília até a votação do mandato do presidente Sarney, que deve ocorrer provavelmente na próxima quarta-feira. Ele disse que o Presidente está tranquilo, confiante na vitória.

Amazonino disse que apenas comunicou ao presidente Sarney as suas divergências com o prefeito de Manaus, Manoel Ribero, e informou que ontem foi concluído o inquérito instaurado para apurar as irregularidades na administração municipal, mas disse que não chegou a entrar em detalhes, por considerar esse um assunto municipal.

Mendes defendeu a realização das eleições municipais ainda este ano, mas observou que tudo depende somente do Poder Legislativo aprovar a regulamentação do pleito. O projeto de lei já foi aprovado pela Câmara, estando agora tramitando no Senado Federal.

## Índios vão ter que esperar mais

Ficou mesmo para terceira a votação do último capítulo do Título da Ordem Social, referente aos direitos indígenas. Ontem pela manhã, a sessão convocada para este fim não chegou a durar uma hora e meia. O clima esteve sempre frio, com poucos deputados defendendo questões de ordem ou discursando, sem muita emoção, sobre temas como eleições presidenciais em 88 — defendidas pelo presidente do Partido dos Trabalhadores — e da necessidade do Congresso derrubar o projeto que congelou a URJ para o funcionalismo público.

As 10h25, o deputado Ulysses Guimarães entrou em cena anunciando que faria a verificação de quorum, o que fez com que alguns parlamentares buscassem mudar o termo superior por soberania.

Dessa forma, projetos como o Calha Norte deverão ser aprovados pelo Congresso Nacional antes de

encontrarem algumas dificuldades. Até então havia sido acertado apenas que o caput do artigo 268 trará, como competência da União, a demarcação das terras onde os índios "se acham tradicionalmente localizados". O mesmo artigo reconhece aos silvícolas o direito a ter sua própria organização social, usos, costumes, línguas, crenças e tradições, que serão protegidos pelo Estado.

As divergências, até o início da tarde, referiam-se ao parágrafo terceiro do artigo 269 e, ainda, ao artigo 271. O primeiro veda a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo por motivos de catástrofe da natureza e "outros de superior interesse nacional". As esquerdas pretendem mudar o termo superior por soberania.

Dessa forma, projetos como o Calha Norte deverão ser aprovados pelo Congresso Nacional antes de

começar a desalojar índios.

O artigo 271 como consta no projeto da Sistematização e no do Centrão, está definitivamente fora do texto. Ele previa uma diferenciação entre índios aculturados e não aculturados. Em seu lugar, o Centrão apresentou emenda limitando os direitos previstos na Constituição aos índios que ocupem terras indígenas e que estejam integrados com sua comunidade.

Pela proposta da esquerda, o artigo ficará assim redigido: "Os direitos territoriais previstos nesse capítulo só se aplicam aos índios que ocupem terras indígenas". O cuidado se deve ao temor de que, aprovado o texto do Centrão, estudantes índios que hoje organizam o movimento indigenista brasileiro, percam a denominação de índio, e, conseqüentemente, força política para continuar defendendo os interesses das Nações.

## O índio e a Funai

ROMERO JUCA FILHO (\*)

A Fundação Nacional do Índio recebeu do governo brasileiro, a determinação de encaminhar a questão indígena. Durante muito tempo, isto foi feito de uma forma extremamente possessiva. Só a Funai cuidava dos índios. E a sociedade se afimava da questão indígena.

Quando assumi a presidência da Funai, estabelecemos uma ótica política com relação à questão — até por uma necessidade orçamentária. Tendo que assegurar às comunidades saúde e educação; implantar projetos de desenvolvimento e produção; garantir a vigilância das áreas indígenas; prover transporte aéreo; apoiar as manifestações culturais e demarcar terras, a Funai simplesmente não tinha verbas suficientes. E os poucos recursos recebidos eram diluídos sob a forma de um atendimento nem sempre de qualidade.

A base de nossa nova filosofia de trabalho manifestou-se, de um lado, através da sensibilização da sociedade e de outras entidades de governo para a execução de trabalhos conjuntos — que direta ou indiretamente, reforçaram nosso orçamento — e, por outro, através da implantação de um processo de desenvolvimento equilibrado das comunidades indígenas.

Com isto, a Funai, que trabalhava de forma isolada, passou a contar com importantes parceiros — como os ministérios da Saúde, da Educação e da Agricultura e a Secretaria Especial de Ação Comunitária entre outros; além, é claro, dos próprios índios.

Entretanto, ao se falar de índios no Brasil, devemos sempre recordar ser esta uma palavra plural. De uma pluralidade que se expressa em 160 grupos diferentes, com quase 200 línguas, diversos aspectos culturais e variados estágios de aculturação. Há, in-

clusive, dezenas de grupos indígenas ainda não contactados pelos homens brancos.

A diferença explícita de estágio de aculturação em muitas comunidades; a necessidade da implantação de uma política setorial de atuação junto às comunidades e a urgência na demarcação das terras indígenas — em especial aquelas próximas a fronteiras de desenvolvimento — fez com que a Funai tratasse de disciplinar e normatizar este processo.

Do ponto de vista fundiário, o governo brasileiro optou pela criação de duas novas figuras jurídicas, consolidadas no Decreto 94.946, de setembro do ano passado, que cria as Colônias Indígenas (CI) e as Áreas Indígenas Reservadas (AIR).

Operacionalmente, nas AIR's a Funai somente atua visando garantir aos índios, dado seu baixo estágio de aculturação, um atendimento que busca preservar, ao máximo, a identidade cultural daqueles índios. Trata-se, portanto, de uma questão de justiça e proteção para estas comunidades.

Nas CI's, o caso é diferente. Encontrando-se num estágio de aculturação mais elevado e capacitadas a receber um atendimento multi-setorial por parte de diversos órgãos de governo — até mesmo em busca de uma ação equilibrada de desenvolvimento — os índios passam a ter um tratamento preferencial por parte do governo brasileiro como um todo, sob a coordenação da Fundação Nacional do Índio.

Do ponto de vista orçamentário, isto significa dizer que a Funai passa a contar com mais recursos — de outras instituições — para melhorar a qualidade de vida dos índios nas Colônias Indígenas. E, em contrapartida, o dinheiro economizado pela instituição nestas colônias é empregado nas Áreas Indígenas Reservadas, de forma a,

igualmente, otimizar o nível de atendimento para aquelas comunidades.

O Decreto 94.946 criou, portanto, duas figuras jurídicas que definem — apenas e tão-somente — a forma de atuação do governo. Sob as duas formas pagaram, em relação aos índios, os mesmos direitos, as mesmas obrigações do governo e os mesmos compromissos da Funai.

Faço questão de ressaltar que, para a Fundação, todos os índios são iguais; precisam — aculturados ou não — ter suas terras demarcadas e necessitam, igualmente, da proteção do Estado em suas áreas. E é preciso esclarecer, ainda, que em nenhum momento esta decisão administrativa pensou em retirar direitos dos índios — aculturados ou não.

O governo do presidente José Sarney tem dado mostras mais que efetivas de que as terras indígenas estão sendo demarcadas e garantidas para índios em qualquer estágio de aculturação — até porque estes estágios não são fator para a definição do espaço territorial das comunidades indígenas.

Deve-se deixar claro que, tanto o Decreto 94.946, quanto a Portaria 0520/88 (que fixa os critérios de níveis de aculturação) são mais dois instrumentos de defesa das terras dos índios e de garantia de um melhor atendimento para estas comunidades.

Para concluir, é necessário salientar que não existe nenhuma relação entre estes atos administrativos do governo e o projeto da Comissão de Sistematização que o Congresso Nacional vota no processo Constituinte — especialmente no que tange ao artigo 271.

Para a Funai, índio é índio, compromisso é compromisso e nós não nos furtaremos às nossas responsabilidades.

(\*) Romero Jucá Filho, 33 anos, é presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai).

## Lobby dos não casados vence CNBB e TFP

SIMONE CALDAS  
Da Editoria de Política

"Juntado com fé, casado é". Esse ditado popular pode parecer com um grito vanguardista pós-punk, ou palavra de ordem de estudantes que pregam a revolução dos costumes. Na verdade já era uma frase corriqueira no tempo em que Antônio Conselheiro fez do Nordeste o centro da resistência à proclamação da República. Desde então o casamento é uma instituição jurídica no Brasil, graças às pressões da Igreja Católica, que naquela época já fazia seu lobby.

A partir da promulgação da nova Constituição, porém as famílias serão reconhecidas pelo Estado, mesmo quando concebidas fora do casamento civil ou religioso. Isso apesar das pressões da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, principalmente dos evangélicos e TFP — entidade de cunho ultraconservador. Essa última enviou telegramas a várias lideranças constituintes no sentido de vetarem "qualquer tentativa de introduzir o concubinamento em nossa legislação".

Princípios em voga na Idade Média foram defendidos pela TFP para o Brasil do ano 2000. Entre outras coisas eles queriam reforçar a autoridade do pai sobre a família, inclusive sobre a mulher; e do casal sobre os filhos. Os evangélicos optaram por um estilo melodramático, levando para o corredor de entrada da Câmara, vídeos filmados nos Estados Unidos contrários ao aborto. Quem parava, assistia a cérebros de fetos sendo esmagados por pinças médicas. A questão foi sempre colocada pelo lado religioso, nunca pelo social.

A exemplo dos índios, os militares casados em 64 também encerraram o Congresso Nacional. Os primeiros continuam lutando pela derrubada do artigo 271 do projeto da Comissão de Sistematização, que diferencia índios aculturados dos não aculturados. Esse item será novamente discutido pelos líderes dos partidos. Mais de 30 caçiques, pintados e ornados como se fossem a uma guerra, aproveitaram ontem, mais uma vez, para denunciar o assassinato de 20 Yanomamis, na região da Serra Sumucucu (RO), no início desta semana, por garimpeiros.

O fato poderá ser usado para apressar a demarcação das terras indígenas e reforçar a necessidade de maior proteção aos silvícolas. Informe oficial da Funai, emitido pelo deputado Tadeu França (PDT-PR), dá conta que houve torturas e destruição de lavouras durante o ataque.

Os militares presentes foram pessoalmente na quinta-feira à sala de pedidos para destaque, no anexo II da Câmara, entregar duas emendas. Uma, dos deputados Mário Lima (BA) e Ibsen Pinheiro (RS), ambos do PMDB, propõe anistia a todos que foram atingidos por atos de execução desde 1946. Outra, do deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), que estabelece aos servidores civis e militares, uma indenização correspondente aos salários dos últimos cinco anos. As emendas possuem 376 e 356 assinaturas de parlamentares, respectivamente. O principal objetivo dos lobistas é anistiar 1.509 marinheiros, que até hoje são considerados pela União como mortos administrativos. Segundo a Federação de Defesa da Anistia, se todos os marinheiros forem anistiados e promovidos a suboficiais (o que não acontecerá), o Ministério da Marinha terá um custo de C\$ 114 milhões, e não C\$ 140 bilhões como foi anunciado pelo ministro Henrique Sabóia.